



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 15

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA VINTE SEIS DE
JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETTE.

----- Aos vinete seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires** e **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta dos **Senhores Vereadores Hugo de Sousa Marques Carreiras e Luís Filipe Chaveiro Libório**, por se encontrarem de férias. -----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes.-----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos** da presente reunião: -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - COMPROPRIEDADE PRÉDIO INSCRITO SOB O ARTIGO 2, SECÇÃO CC, FREGUESIA DE PAVIA:**

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado pedido por **Carmen Horta**, solicitadora, requerendo a emissão de parecer favorável ao negócio de compropriedade que se pretende concretizar

relativamente ao prédio denominado “**Courela do Vale do Milho**”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 483 da Freguesia de Pavia, inscrito a parte rústica sob o **artigo 2, Secção CC** da mesma freguesia, e parte urbana com o artigo 355, com a área total de 9,325 ha. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com as alterações introduzidas pelas Leis 64/2003 de 23 de agosto e 10/2008 de 20/02. -----

Tendo presente o teor do parecer jurídico ref.ª C.M.Mora 59 de 23/09/2005, verifica-se que do requerimento apresentado, bem como da natureza do negócio que se visa concretizar - aquisição do prédio por duas pessoas que declaram viver em união de facto - não resulta, sem mais, que ocorram os pressupostos de parecer desfavorável, referidos no nº 2 do artigo 54.º supracitado. -----

Assim, porque do requerimento apresentado não se indicia a verificação de qualquer dos fundamentos previstos para a emissão de parecer desfavorável, propõe-se que a Câmara Municipal decida não manifestar oposição ao negócio de compropriedade apresentado, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e do **Consultor Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não ver qualquer inconveniente na constituição da referida compropriedade. -----

----- **Ponto um – dois: REQUALIFICAÇÃO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL “REQUALIFICAÇÃO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL “REQUALIFICAÇÃO DA ETAR DE PAVIA”. APROVAÇÃO DA RESPOSTA AOS ERROS E OMISSÕES:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando o procedimento tipo por Concurso

Público Internacional para aquisição de bens móveis com a designação de **"Requalificação da ETAR de Pavia"** foi adjudicado à empresa **EcoEdifica, Ambiente e Construções, S.A** em 05-07-2016. -----

Durante a fase de concurso as seguintes empresas: RRI - Recolha de resíduos industriais, S.A., Hidrovia - Projetos de engenharia civil, S.A. e OMS - Tratamento de águas, Lda. apresentaram listas de Erros e Omissões. -----

As listas de Erros e Omissões apresentadas pelos interessados foram alvo de análise e resposta por parte dos serviços da Câmara Municipal. Por lapso, a resposta preparada pelos serviços não foi submetida a aprovação em Reunião de Câmara (órgão competente para a decisão de contratar) conforme previsto pela legislação em vigor (e aplicável à data do processo). -----

Face ao exposto e ao abrigo do número 6 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente, apresenta-se, em anexo, a resposta elaborada para as listas de Erros e Omissões apresentadas pelos interessados, solicitando-se a sua aprovação. -----

Mais se informa de que processo foi candidatado aos fundos comunitários do programa operacional da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, **POSEUR**. A entidade responsável, **POSEUR**, solicitou a retificação acima exposta. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a resposta às listas de erros e omissões apresentadas pelos concorrentes, **RRI - Recolha de resíduos industriais, S.A., Hidrovia - Projetos de engenharia civil, S.A. e OMS - Tratamento de águas, Lda.**, referentes ao procedimento tipo por **Concurso Público Internacional para aquisição de bens móveis com a designação de "Requalificação da ETAR de Pavia"**, de harmonia com a proposta apresenta-

da. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois – um: CURSO DE RENDAS E BORDADOS:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que na sequência do **Curso de Rendas e Bordados** realizado pela formadora, **Balbina Maria Relvas**, durante metade do mês de Junho e todo o mês de Julho, vimos propor o seguinte pagamento: -----

- Mês de Junho (metade) - **197,50€**. -----

- Mês de Julho - **395,00€** . -----

- **Valor total** a ser pago: **592.50€**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, suportando o referido custo do **Curso de Rendas e Bordados** realizado pela formadora, **Balbina Maria Relvas**, durante metade do mês de Junho e todo o mês de Julho, de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. --

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **2.147.246,92 €**, **dois milhões cento e quarenta e sete mil duzentos e quarenta e seis euros e noventa e dois centimos**, e Dotações não Orçamentais no valor de **17.550,69€**, **dezassete mil quinhentos e cinquenta euros e sessenta e nove centimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADO:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **79.449,81€**, **setenta e nove mil quatrocentos e quarenta e nove euros e oitenta e um cêntimos**. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (AT) - EXECUÇÃO FISCAL:** Presente informa-

ção da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2016, a competência para a cobrança coerciva de impostos e outros tributos administrativos por autarquias locais pode ser atribuída à administração tributária mediante protocolo. -----

Desta forma, para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta de protocolo com a AT para a cobrança coerciva de todas as taxas e outras receitas. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **protocolo** com a AT para a cobrança coerciva de todas as taxas e outras receitas.-----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que determinou** adjudicar à firma **SIGMADETALHE, Lda.**, a Contratação da "Prestação de Serviço para a Elaboração do Plano Municipal de Emergência

de Proteção Civil de Mora", pelo valor de **5.760,00 €**, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos.--

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada.-----

- **Em que determinou** adjudicar à firma **Magnetikaplauso, Lda**, a Contratação do "VIII Festival Música no Rio, os outros Sons do Fluviário", pelo valor de 60.280,00 €, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** tomou também conhecimento do seguinte despacho do **Senhor Vice-Presidente**: -----

- **Em que determinou**, aprovar a 5ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017, a 5ª. Alteração às Grandes Opções do Plano 2017-2020 e 1ª. Alteração ao Plano das Actividades Mais Relevantes 2017-2020. -----

- **Em que determinou** que seja atribuído o suplemento remuneratório de turno ao trabalhador **João Paulo Mira Pinto**, correspondente a 22%, dando cumprimento ao estipulado na alínea a) do nº. 2 do artigo 161º. Da Lei 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, por este se encontrar a exercer funções nas Piscinas Municipais. -----

Mais determinou, que o referido suplemento remuneratório tenha efeitos retroativos a 12 de Junho de 2017, data da abertura da época balnear e que também seja paga a semana de 22 a 27 de maio de 2017, devido ao referido ter estado a substituir o trabalhador José Francisco Marques Cardoso, por este se encontrar de férias. -----

- **Em que determinou**, adjudicar a **Rui Manuel Silva Carapinha**, a Contratação da "Produção Audiovisual - Divulgação do Concelho de Mora", pelo valor de 5.000,00 €, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto cinco - dois: OFERTA FICHAS DE TRABALHO AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO:** Presente informação do **Gabinete de Ação Social** informando que tendo em conta a gratuidade dos manuais escolares dos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico prevista no Orçamento de Estado e no Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de Março, e que os mesmos serão disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas, propõe-se que, no âmbito da Ação Social Escolar, a Câmara Municipal participe a 100% a aquisição das Fichas de Trabalho a todos os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico do concelho. -----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu **acordo** com a proposta apresentada e **deliberou por unanimidade** participar a 100% a aquisição das Fichas de Trabalho a todos os alunos do **1º ciclo do Ensino Básico do concelho**. -----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Presidente** informando que dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora**, propõe ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência de transporte às seguintes **Instituições**: -----

- **ARPI - Grupo Cantar Alentejo**, para uma deslocação a Foros de Vale Figueira, dia 4 de Agosto; -----

- **Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Graça - ATL** para visita a Lis-

boa, dia 22 de Agosto; -----

Grupo de Cantares de Cabeção, para uma deslocação ao Barreiro, dia 26 de Agosto; -----

- **ASDIC - Associação de Solidariedade e Defesa dos Idosos de Cabeção**, local a determinar, dia 26 de Agosto; -----

- **Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos**, para uma deslocação ao Gavião, dia 6 de Setembro; -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.-

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram **11** horas e **06** minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na Divisão Administrativa/Financeira, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mora, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-----